



Voto com a  
alteração final  
Lucília  
2024-09-18

## VOTO DE REPÚDIO

### pelas declarações da Procuradora-Geral da República sobre a falta de recursos no Ministério Público

Na passada quarta-feira 11 de Setembro, em sede da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, a propósito da falta de recursos no Ministério Público, a Procuradora-Geral da República, Lucília Gago afirmou que 90% dos procuradores abaixo dos 30 anos são mulheres e que tal situação gera constrangimentos devido às situações de gravidez.

Em concreto, a frase completa de Lucília Gago foi a seguinte: *“Há uma diminuição de 12 magistrados, isto leva à insuficiência de magistrados. A greve de funcionários judiciais tem malefícios que só daqui a algum tempo é que serão medidos. Há uma falta de 400 funcionários judiciais. Se as condições dos funcionários judiciais continuarem é certo que podemos abrir concursos que eles acabarão por não permanecer nesse desempenho. O peso do sexo feminino é superior a dois terços, ou perto de 90%, se considerada a faixa etária até aos 30 anos. Objetivamente, esta circunstância constitui um fator de agravamento de constrangimentos em razão de situações de gravidez, de gravidez de risco, de baixa para assistência a filhos menores, gozo de licença parental, ausência para efeitos de amamentação, toda uma panóplia de situações que ocorrem comumente”*. (1)

A natureza destas declarações perpetua a discriminação laboral por género. Em Portugal, de acordo com um estudo feito pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, enquanto os homens veem o seu rendimento aumentar 15% com a parentalidade, as mulheres veem o seu estagnar (2).

Por outro lado, em Portugal e segundo os dados mais recentes, a Comissão para a Igualdade do Trabalho e do Emprego, em 2022, recebeu por dia, 3 comunicações relativas à dispensa de mulheres grávidas e mães, totalizando 1395 casos (3). Ainda neste âmbito, têm vindo notícias a público referentes ao setor público em que tanto a enfermeiras como a professoras lhes tem sido vedada progressão nas suas carreiras devido a gravidez (4).

A frase da Senhora Procuradora-Geral da República tem particular gravidade quando sabemos perfeitamente que o papel da parentalidade tem recaído, ao longo do tempo, muito mais nas mulheres que nos homens fazendo com que, para lá das responsabilidades profissionais, à mulher lhes sejam exigidas ainda as responsabilidades do cuidado, o que configura uma clara desvantagem no contexto laboral. É ainda muito maioritariamente a mulher



## Assembleia Municipal de Oeiras

que cuida da alimentação dos filhos, da higiene, da saúde para além de todo o restante trabalho doméstico, que ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Todo este contexto torna ainda mais aviltantes as afirmações da Senhora Procuradora.

No balanço social do Ministério Público de 2023, na página 2 lê-se: “O número de ausências prolongadas (consideradas de 60 ou mais dias consecutivos), em número de 69, representa cerca de 3% do total de magistrados”. Mais à frente, num dos gráficos, podemos verificar que, abaixo dos 30 anos, há 26 mulheres magistradas.

É relevante ainda lembrar que a carreira na magistratura só se tornou acessível às mulheres portuguesas após o 25 de Abril de 1974.

Considerando todo este contexto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária de 17 de Setembro de 2024 que delibere o total repúdio pelas declarações da Procuradora-Geral da República proferidas a 11 de Setembro de 2024 relativamente aos supostos constrangimentos gerados pelas jovens trabalhadoras nesta instituição.

O presente voto de repúdio deve ser publicado no site da Assembleia Municipal, bem como em pelo menos um jornal de dimensão nacional.

Oeiras, 17 de Setembro de 2024

A Deputada e os Deputados Municipais do Grupo Político Evoluir Oeiras

Mónica Albuquerque

David Ferreira

Tomás Cardoso Pereira

(1) Jornal Observador de 12.09.2024 - <https://observador.pt/2024/09/12/movimento-critica-lucilia-gago-e-tempo-de-deixar-as-mulheres-fora-das-foqueiras/>

(2) <https://noticias.up.pt/2024/02/27/mulheres-perdem-rendimentos-apos-a-maternidade-homens-passam-a-ganhar-mais/>

(3) <https://www.in.pt/nacional/tres-trabalhadoras-gravidas-e-novas-maes-dispensadas-por-dia-16077013.html/>

(4) <https://semmais.pt/2024/03/28/gravidez-esta-a-travar-progressao-de-carreiras-das-enfermeiras/> e <https://www.dn.pt/5885158419/professoras-gravidez-de-risco-e-licenca-de-maternidade-impedem-aumentos-salariais/>